

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, PRÁTICAS E DESAFIOS

Organizar um dossiê “a várias mãos” sobre a *Educação do Campo*, com um olhar voltado para o Brasil e estendido para o restante da América Latina é uma tarefa desafiadora, pois implica dialogar com sujeitos de diferentes contextos e atuações nessa área, tanto em pesquisas quanto em práticas educativas com e nos movimentos sociais. Escrever para uma revista acadêmica sobre uma temática que envolve os *povos do campo* e lideranças do campo, que por muito tempo não possuíam acesso à educação formal, também desafia a cada um dos pesquisadores e das pesquisadoras a pensar a educação numa constante tensão entre novas e velhas práticas e problemas em que os esses sujeitos encontram-se implicados. E, não por acaso, desafia a pensar nas rupturas e nas possibilidades epistemológicas entre o que foi e o que está sendo essa educação e tudo aquilo que poderá vir a ser. Mas essa compreensão apenas será pertinente na medida em que os *povos do campo* sejam considerados protagonistas da educação que se realiza no cotidiano do trabalho com a terra e com outras práticas coletivas que os envolvem, ou seja, uma íntima relação educação-sociedade.

Após um criterioso exame e diálogo na *Revista Reflexão e Ação* e com cada um dos autores e autoras, através da leitura atenta aos artigos submetidos, avaliados e aprovados, observamos que a perspectiva de educação do campo que predominou foi aquela que se realiza em *movimento*.

Por que organizar um dossiê sobre Educação do Campo? Um dossiê que traz dados históricos, problematizações de práticas e contextualização de desafios atuais da/na Educação do Campo pode contribuir para apresentar e, quem sabe, consolidar diálogos entre diferentes pesquisadores e pesquisadoras brasileiros e de nosso continente sobre a temática. Além disso, a expansão do ensino superior que vivenciamos tem implicado na incorporação de novos trabalhadores e trabalhadoras nessa área da educação e que, muitas vezes, têm chegado com pouca experiência ou inserção na educação do campo ou de atuação com/nos movimentos camponeses. Pareceu-nos urgente e necessário uma proposta de dossiê com esses elementos: históricos, práticos e problematizadores. Além disso, a ideia de organizar um dossiê sobre Educação do Campo se deu durante aulas de cursos de formação de professores e de professoras e nas aulas do curso de graduação em Pedagogia desenvolvidas na Universidade de Santa Cruz do Sul, onde os e as estudantes vivenciaram práticas dessa educação em estágios e/ou em projetos. Muitos deles apresentaram curiosidades quanto a Educação do

Campo hoje, curiosidades essas que pensamos fazer parte de muitos dos alunos de cursos de formação de professores na realidade brasileira e mundial. Assim, o dossiê foi pensado também para contribuir na formação desses/dessas graduandos/as, bem como para dar visibilidade às práticas e proporcionar um olhar para a Educação do Campo que vem se desenvolvendo no Brasil e um diálogo com epistemologias emancipatórias a partir dos sujeitos em movimento: os povos do campo. Nesse sentido, esse dossiê tem como ponto de partida o respeito à sua diversidade, essa entendida em sua multiplicidade de práticas educativas no/do campo, que é traduzida em problemas de estudo e que, por essa razão, deve ser visibilizada.

Não raramente nos deparamos com compreensões equivocadas ou ideologicamente situadas, construídas social e historicamente, sobre *o que é, para/com quem* ela é realizada e *a quem/a quem* ela está dirigida. Encontramos aí o que o professor Bernardo Mançano Fernandes, em entrevista para essa edição da *Revista Reflexão e Ação* afirmou sobre o caráter contra hegemônico dessa educação: “A Educação do Campo nasceu desde um pensamento que compreende o campo em plena disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio, criado pelas relações capitalistas”.

Podemos dizer, no entanto, que estamos acompanhando o reconhecimento, por um lado, de disputas societárias, mas também de concepções sobre a *educação que acontece no campo*. Percebe-se que são diversas, e por vezes contraditórias, as orientações político-pedagógicas demandadas pelos movimentos organizados e que se estabelecem nos marcos normativos da educação, dado que vão se consolidando e traçando metas e caminhos comuns entre estes. É importante destacar que a regulamentação em leis e normas visa à garantia dos direitos que, em muitos casos, tiveram sua organização inicial a partir da luta e da pressão de movimentos sociais. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC, por exemplo, tem buscado construir uma política de educação do campo referenciada na grande diversidade das populações do campo em nível de Brasil. Mas quais são as “outras práticas, leis e políticas” de Educação do Campo que têm sido pensadas e como essas estão inseridas no contexto, não apenas nacional, mas latino-americano? Acreditamos que é necessário garantir o reconhecimento dessas alternativas e desses diálogos que culminam em outras *práxis* e epistemologias.

No Brasil, temos movimentos sociais e sindicais camponeses, pesquisadores e pesquisadoras comprometidas com esses povos, sistemas públicos de ensino e políticas dirigidas pelo Ministério da Educação. Porém, ainda encontramos um distanciamento entre as garantias legais e a sua efetivação. Nesse contexto se identificam o papel transformador dos

sistemas de ensino e das políticas públicas que têm valorizado o movimentado no campo e os povos do campo. Mas também as contradições existentes em cada um deles. E é nesse sentido que o atual projeto de desenvolvimento brasileiro se apresenta como um dos seus principais elementos de sustentação e reafirma a Educação do Campo como necessária.

Acreditando que as conquistas advindas das lutas dos povos do campo pressupõem o acesso a educação de qualidade, entendendo-a como *dignidade humana*, é que esse dossiê foi construído. Estão presentes, em cada artigo, os sujeitos do campo, o desenvolvimento de práticas educativas *com/por* esses, a valorização de sua identidade e de epistemologias. Em seu conjunto, portanto, se reconhece que o campo é um lugar de produção de conhecimento e que é preciso escutar e dar voz aos que constroem cotidianamente práticas pedagógicas próprias. Logo, para além de mudanças na nomenclatura - “Educação Rural-Educação do Campo”; “Educação no Campo-Educação do Campo”- encontramos uma dívida histórica em relação ao direito desses povos à educação que, impulsionada pela vitalidade dos movimentos sociais, desafia o cotidiano educacional.

A *Revista Reflexão e Ação* apresenta, assim, um dossiê formado por *dezesseis* artigos temáticos, cujas autoras e autores estão vinculados aos mais diferentes grupos de pesquisas de universidades de vários estados brasileiros. Porém, um deles é oriundo do programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da *Universidad Central de Ecuador*. De autoria de Alba Margarita Aguinagua Baragán, pesquisadora integrante do grupo “Construyendo redes estratégicas para la visualización de la problemática de género en la economía social y para el empoderamiento de las trabajadoras del sector”, o artigo traz uma criteriosa reflexão sobre a vinculação entre o modelo de desenvolvimento e a reforma universitária impulsionada pelo Estado equatoriano e os sentidos e processos de educação não formal vivenciado por setores populares, sobretudo das mulheres, de maioria indígena.

Para que o leitor e a leitora compreendam melhor a organização do dossiê, cujos propósitos já foram explicitados, apresentamos a seguir os artigos temáticos da presente edição:

*Paradigmas da educação do campo: um olhar a partir dos estudos pós-coloniais latino-americanos*, como articulação de três pesquisas de mestrado em andamento, sustenta que os paradigmas educacionais apoiam-se em cosmovisões e que a *colonialidade* e a *decolonialidade* coexistem de forma conflitiva em direção da construção de um paradigma decolonial da Educação do Campo. Janssen Felipe da Silva, Alcione Alves da Silva Mainar, Filipe Gervásio Pinto da Silva e Jéssica Lucilla Monteiro da Silva assinam as reflexões convergentes dessas pesquisas.

*Interfaces entre a educação do campo e a disciplina de educação física escolar*, de Marcos Vinicius Francisco e Erika Porceli Alaniz, elabora uma revisão de literatura para compreender *como* a proposição e prática da Educação do Campo tem impactado a produção teórica na área da formação de professores de Educação Física. E, com isso, demonstram que há um predomínio de uma concepção biologicista de homem (sic), bem como lacunas na formação em Educação Física, no que diz respeito ao trato com as manifestações da cultura corporal na Educação do Campo.

*Escolas do campo no estado do Rio Grande do Sul e a necessidade de democratização do índice de desenvolvimento da Educação Básica* é um artigo que resulta de pesquisa realizada na Região Sul do Brasil e que está vinculada ao Observatório de Educação. Conceição Paludo e Fernando Bilhalva Vitória analisam os diversos aspectos que se associam ao baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em dez escolas públicas que apresentaram os menores índices na avaliação.

*A questão agrária, a educação do campo e os projetos em disputa*, de autoria de Marcos Antonio de Oliveira e de Sandra Luciana Dalmagro, é um artigo que analisa a questão agrária brasileira a partir de diferentes e opostas perspectivas de apreender a chamada Educação do Campo. Assim, apresentam três concepções dessa educação concluindo pela expansão e hegemonização da perspectiva ditada pelo capital, via Estado.

*O desafio de ser professor na escola do campo: o contexto da Casa Familiar Rural Santo Agostinho* enfatiza a emergência de um modelo pedagógico considerado inovador pelas autoras Luci T. M. dos Santos Bernardi, Nadia Cristina Picinini Pelinson e Rosemeri Santin. Trata-se da Pedagogia da Alternância. A partir da experiência da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, em Quilombo, no Estado de Santa Catarina, refletem sobre as tensões e os desafios enfrentados pelos professores/monitores no cotidiano dos processos educativos do campo.

*As dimensões epistêmico-políticas da educação do campo em perspectiva latino-americana* aprofunda a reflexão sobre a Educação do Campo como projeto histórico-político protagonizado pelos movimentos sociais camponeses no Brasil. Além disso, a pesquisadora Lia Pinheiro Barbosa demonstra os pontos de inflexões dessa educação no contexto de lutas políticas mais amplas em nosso continente, onde a educação emerge como uma categoria fundamental em que o político, o social e o cultural são ressignificados na correlação de forças entre sociedade civil e Estado.

*De projetos de ensino a pesquisa: práticas vivenciadas em uma escola no/do campo* é um artigo que resulta de uma investigação realizada com professores de uma escola da rede

pública localizada no município de Água Boa, Mato Grosso, cuja intencionalidade foi buscar alternativas pedagógicas através de projetos e pesquisas. Rosenilde Nogueira Paniago, Josenilde Nogueira Paniago e Sandra Mara Lemos de Oliveira apontam para a necessidade de formação teórico-metodológica com envolvimento coletivo dos docentes e de políticas públicas que favoreçam o surgimento de condições para novas práticas de ensino na escola no/do campo.

*Educação do campo e política educacional brasileira: aproximações e distanciamentos na realidade local*, de autoria da pesquisadora Lucineide Barros Medeiros, debate a política da Educação do Campo realizada a partir da ação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), ambos situados na esfera da União e incidindo sobre a política de estados e municípios. Medeiros destaca as tensões e os desafios colocados nas ações locais, evidenciando a experiência do estado do Piauí.

*Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO* apresenta tanto reflexões sobre a história da Educação do Campo, como a conquista de duas políticas específicas de formação de educadores: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, vinculado ao Ministério da Educação. Porém, inicialmente, faz um apanhado histórico sobre a formação de professores na perspectiva da *educação rural*, seguindo com os principais aspectos da formação de educadores a partir do movimento da Educação do Campo. O artigo de Mônica C. Molina e Maria Isabel Antunes-Rocha expõe as estratégias de execução dos dois programas citados e, ainda, conclui apresentando alguns desafios para potencializar os propósitos desse movimento através dessas duas políticas.

*Escola Itinerante do MST Paraná: uma análise sobre a relação trabalho e educação*, artigo de autoria de Valter de Jesus Leite, apresenta a compreensão de como essa escola, especialmente, se associa às contradições expressas na realidade para “acumular conhecimentos e incorporar o trabalho como referência no processo educativo”. A pesquisa, desenvolvida em 2012, apresenta uma análise sobre a Educação do Campo a partir de entrevistas com educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de pesquisa de campo na Escola Itinerante. O autor compreende que, mesmo diante de limitações, essas práticas demonstram iniciativas importantes na construção de novas formas de organização do trabalho didático-pedagógico, entre táticas e estratégias com fins emancipatórios.

*O dia a dia do processo ensino-aprendizagem das escolas do campo: caminhos para o processo de reconstrução curricular* é um artigo que apresenta parte de pesquisa intitulada “Elementos teórico-metodológicos para a reorientação do currículo em escolas do campo”, desenvolvida na Universidade de Passo Fundo. Para esse artigo, Josimar de Aparecido Vieira e Marilandi Maria Mascarello Vieira, buscaram caracterizar a organização do ensino das escolas do campo, a relação pedagógica entre professor e aluno, bem como os conteúdos curriculares. Entre os resultados, os autores indicam que a sala de aula (e a escola) exige novas posturas dos professores diante de “rituais pedagógicos” descontextualizados e distantes das experiências práticas dos estudantes. Concluem que é necessária a introdução de novas dinâmicas na escola, uma espécie de “pedagogia da sensibilização”.

*Para ler, escrever e contar: modos de ser professora no cotidiano escolar de Lomba Grande/RS (1940/1950)* é um estudo que se encontra no campo da história da educação e que se preocupa com a análise documental e com registros narrativos de professoras cuja trajetória docente se desenvolveu em escolas públicas municipais. Sob a perspectiva da história cultural, o presente artigo evidencia a dimensão dos saberes adquiridos na prática, no fazer cotidiano e nas experiências culturais acumuladas pelos sujeitos. José Edimar Souza e Luciane Sgarbi Santos Grazziotin argumentam que “em função das dificuldades de se conseguir professor para área rural, a prática da indicação de docentes para “ensinar ler, escrever e contar” foi uma característica comum” em Lomba Grande. Além disso, demonstram que não apenas pelos cursos de formação, mas pelas mediações entre os professores mais experientes com os iniciantes, se consolidou uma cultura profissional.

*Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? a perspectiva do empresariado, do estado e dos movimentos sociais organizados*, artigo das pesquisadoras Adriana D’Agostini e Célia Regina Vendramini, apresenta a Educação do Campo sob três perspectivas e demonstra que as orientações dos organismos multilaterais para as políticas educacionais estão presentes na educação do campo e que a perspectiva dos movimentos sociais é a de resistência e construção de uma educação diferenciada a partir da perspectiva classista, mas que pelas contradições colocadas pela sociedade capitalista reconciliam devido às necessidades de acesso à escola e à formação de professores (sic).

*Educação rural: da expropriação dos saberes práticos do camponês à expropriação da terra* aborda a relação entre trabalho na agricultura, na pesca, na pecuária ou na coleta, e a educação rural oferecida às populações camponesas. Marlene Ribeiro afirma que esta relação fortalece a separação entre cidade e campo, sendo imprescindível para a sustentação do modo de produção capitalista. Afirma, ainda, que pela grade curricular comum o Estado subordina a

educação rural às mesmas diretrizes que normatizam a educação urbana. É que, por conseguinte, o currículo funciona como um instrumento de controle das populações rurais e da ocupação da terra, que é o meio essencial de produção. Assim, destaca autora, “a educação rural promove a expropriação dos saberes práticos do trabalho camponês”, abrindo caminho à expropriação da terra.

*As aprendizagens na pedagogia da alternância e na educação do campo*, artigo de Cristina Luisa Bencke Vergutz e Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante, faz o percurso do ensino e aprendizagem da Pedagogia da Alternância tendo como referência a Educação do Campo, ou seja, privilegia a perspectiva da luta por uma educação no, do e com os sujeitos do campo. As autoras preocupam-se em apresentar a Pedagogia da Alternância na especificidade do Movimento CEFFA, como possibilidade para uma educação contextualizada e emergente do povo camponês, além de estar vinculada ao movimento articulado com a história da educação e das lutas sociais populares. Observa-se a busca por aproximações conceituais, no movimento alternado potencializado por uma organização pedagógica embasada no diálogo problematizador de Paulo Freire, como também na partilha e na horizontalidade de saberes.

Por fim, encerramos essa sessão da *Revista Reflexão e Ação* com o já mencionado artigo de autoria da pesquisadora equatoriana Alba Margarita Aguinagua Baragán.

Além desses, publicamos três artigos especiais. O primeiro, de autoria de Cristina Miyuki Hashizume, intitulado *Política e instituições: possíveis articulações teóricas*. Nele, a pesquisadora debate teoricamente o conceito de política e a importância de sua redefinição considerando aspectos históricos da utilização do termo. Além disso, propõe um novo paradigma ético-estético-político dos conceitos estudados e, a partir do processo instituinte e micropolítico, da *análise institucional*, enfatiza as possibilidades de diferentes atuações, entendendo-as como criativas, que escapam ao controle instituído da participação política. Já *O ensino de arte nas escolas públicas de Blumenau/SC*, é o tema de pesquisa das pesquisadoras Cristiane Kreisch e Rita Buzzi Rausch. No estudo realizado, aponta-se a importância da inserção de maiores reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem e a necessidade de formação continuada significativa para os professores (sic) em exercício, na licenciatura de Artes. De acordo com a pesquisa desenvolvida, constatam que a maioria dos professores (sic), apesar de afirmarem possuir uma concepção pós-moderna nas artes, sustentada na *proposta triangular*, desenvolvem práticas pedagógicas híbridas. Para concluir essa seção, apresentamos o artigo *O currículo tecido na educação infantil*, da pesquisadora Cristiane Elvira de Assis Oliveira Campos, que apresenta a ideia de que na percepção das múltiplas temporalidades do cotidiano escolar se reinventa o currículo. Este é compreendido

como algo que se “tece com os fatos singulares e com a beleza das ações cotidianas”, como um artefato cultural, ou seja, criado de forma criativa pelas professoras com as crianças nas várias práticas cotidianas na/da/com a escola.

Em seguida, apresentamos uma **entrevista** com o professor Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual Paulista/UNESP, realizada por Graziela Rinaldi da Rosa, professora da Universidade Federal de Rio Grande/FURG. O diálogo com professor teve seu início durante a realização do *II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS: educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina*, que ocorreu em Santa Maria nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2014, e teve continuidade nos meses seguintes. Seu resultado é revelador sobre os desafios da Educação do Campo: o conhecimento colonizado deve dar lugar a um conhecimento soberano, sendo o ponto de partida a construção de um conjunto de sistemas do próprio campesinato. Mançano situa o “debate paradigmático” como método de análise do modelo do agronegócio e do campesinato e adverte: “Eles convivem em conflitualidade permanente porque são classes sociais distintas que disputam os mesmos territórios. A educação do campo precisa explicar como funcionam os dois modelos para que as partes envolvidas conheçam que o desenvolvimento possível precisa ser construído desde seus territórios”.

E, para concluir essa edição, apresentamos a **resenha** do livro *Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional*, organizado por Danilo Streck, Edla Eggert e Emil Sobottka, em 2014, resultado de exposições e debates de práticas de pesquisa que se propõem ser instrumento de transformação da própria prática e da realidade dos participantes, no *Simpósio Internacional de Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante* realizado, em Porto Alegre, em 2011. Sandro Pitano, da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, e estudantes pesquisadores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos apresentam as principais reflexões sobre as tradições dessas pesquisas na América Latina e na Europa, as experiências de pesquisa-ação no campo das políticas públicas, além de um conjunto de considerações sobre estudos de caso que vinculam educação e trabalho, que foram reunidas nesse livro.

De nossa parte, fica o convite para as leituras, debates, reflexões e ações. Enquanto não houver justiça social, a Educação do Campo continuará sendo um tema vigente.

Cheron Zanini Moretti  
Graziela Rinaldi da Rosa